

O TEMPO DAS IRMANDADES: CULTURA, CELEBRAÇÃO E RELIGIOSIDADE NA ENCRUZILHADA DA HISTÓRIA*

*Carlos Moisés Silva Rodrigues***

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o percurso das irmandades religiosas no século XIX, refletindo sobre o seu papel enquanto representantes da comunidade na construção de templos e cemitérios bem como na organização dos principais atos festivos que marcaram o catolicismo tradicional vivenciado no período.

Palavras-chave

Fortaleza; irmandades; espaço público; procissões; sagrado.

Abstract

The objective of this article is to analyze the course of the religious brotherhoods in the 19th century, reflecting on their role as the community's representatives in the construction of temples and cemeteries as well as in the organization of the main festive acts that marked the traditional Catholicism experienced in the period.

Key-words

Fortaleza; brotherhoods; public space; processions; sacred.

O fato não era aceitável como uma lei, mesmo sendo sempre um fato... Para afirmar a não-coincidência entre fatos e sentidos, era necessário um outro cenário, religioso, que reintroduzisse a modo de acontecimentos sobrenaturais, a contingência histórica desta natureza e, com referenciais celestes, um lugar para este protesto...

Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*

Introdução

É fato comum na historiografia brasileira tratar as irmandades religiosas, confrarias e ordens terceiras¹ como associações depositárias de uma cultura religiosa barroca,² atingindo, portanto, o seu período áureo no século XVIII, onde se beneficiaram do sistema de Padroado,³ inerente à administração lusitana nos trópicos. Recorreram a estas associações de caráter religioso no século XIX, subordinando-se ora ao *placet* Imperial, ora ao movimento de reforma católica denominado Romanização,⁴ que, atuante em várias dioceses do país, teria supostamente “vencido” as suas aspirações por uma questão de imposição hegemônica. Reconhecendo que simples argumentos não esgotam o conhecimento histórico, nem invalidam novas abordagens, trataremos, nesta comunicação de pesquisa, do desaparecimento das irmandades no limiar do século XIX e de suas múltiplas (re)apropriações, levando em conta a multiplicidade de eventos num tempo *saturado de agoras*⁵ e encarado pelos irmanados como sendo vetor de um tempo cíclico e eterno.

O espaço em que situamos o objeto deste estudo é o do sertão nordestino, mais especificamente algumas áreas rurais dos municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. Refazendo o caminho daqueles que atuavam nas irmandades, estabelecemos um corte temporal, retrocedendo à Fortaleza provincial do século XIX. Quanto às fontes, lançaremos mão, no primeiro momento, de uma série de reportagens “especiais” do jornal *O Povo*, situando a discussão na questão de um dilema histórico acerca das inquietações a respeito do *devoir* humano. Logo em seguida, analisando “o tempo das irmandades”, procuramos vestígios dessas associações em memorialistas, romancistas, documentos oficiais e atos compromissais.

Milenarismos

No ano de 1999, nos meses que antecederam o que muitos imaginavam ser uma virada de milênio, o referido jornal publicou uma série de notícias em caderno “especial” denominado *Milenarismos*. Os artigos reuniam informações sobre algumas comunidades

no interior cearense que acreditavam em profecias sobre o “fim do mundo” e divulgavam-nas. Esses crentes, com base na tradição oral, elaboraram uma leitura daquele momento histórico sob as luzes do *Apocalipse* e preparavam-se para o grande “momento” de uma forma pouco compreensível para os jornalistas e para a sociedade em geral, pois praticavam o autoflagelamento.

Dentro destes relatos nos deparamos com algumas poucas, mas não inexpressivas, irmandades e grupos de penitentes fundados ainda no limiar do século XIX, quando a historiografia “dos vencedores” apontava a sua suposta derrota. Através do martírio, homens e mulheres de uma comunidade de agricultores reunidos em associações, como a Irmandade da Cruz, a Irmandade do Rosário da Mãe de Deus e, principalmente, a Irmandade dos Penitentes, escreviam em seus corpos marcas de um tempo que parecia tê-los abandonado.

À vista da opinião pública, eles não passavam de um bando de fanáticos alucinados pela virada do milênio, pessoas de comportamentos estranhos à moral cristã e aos olhos de moradores mais precavidos. Profetas milenaristas que se apropriaram do momento histórico de indecisão para amedrontar os “pecadores do mundo”. Resquílios de uma teologia sacrificial da Idade Média incorporada ao catolicismo do sertanejo.

O que os jornalistas não conseguiram perceber foi que esses penitentes escreviam feridas de protesto em seus corpos, marcando suas costas e transformando-as em textos à flor da pele. “Marginalizados na ordem social vigente, por seus costumes, origens, linguagens, modos de ser e de viver, no exercício de sua religiosidade, expõem formas de exclusão e de inclusão experimentadas.”⁶

Tendo sua experiência religiosa como forma de expressão primordial, organizaram sua maneira de pensar e interpretar o mundo segundo os parâmetros próprios de suas tradições. Na medida em que o mundo contemporâneo se afastava dos preceitos divinos, as Irmandades de Penitentes e do Rosário da Mãe de Deus davam respostas ao que muitos estudiosos denominaram “desencantamento do mundo”.⁷ Fazemos nossa a reflexão de Mircea Eliade quando afirmou ser condição básica do ser humano a sua “constante necessidade de sobrenaturalizar o mundo”.⁸

Em meio a toda repressão, pobreza e violência social, entendemos essas irmandades como respostas de antigas associações a novos problemas. Utilizando linguagens, rituais, vestimentas e formas sincréticas de se comunicar com o transcendente, semelhantemente ao de suas antepassadas congêneres, as irmandades apresentam caminhos de reação e resistência para os sertanejos destituídos pelas injustiças sociais e atribulações diárias. De fato elas atraem a atenção do historiador, convocando uma abordagem que possa dar conta da pluralidade de tempos no corpo do tempo histórico:

Narrar a história de um povo a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais, consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro. Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida, negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante.⁹

Se apenas simplificamos essas manifestações como resíduos de um pensamento ultrapassado, pois pertencente a um outro tempo histórico, se as consideramos como meras culturas fora do lugar, não conseguiremos alcançar a mensagem que se quer realmente transmitir. Na encruzilhada da “pós-modernidade”, às vésperas da virada do terceiro milênio, na era da informática, deixamo-nos surpreender com atitudes de autoflagelamento nos “recônditos miseráveis” do Nordeste brasileiro. Prática que parece conter algo de indecifrável. Principalmente quando não se tem a devida sensibilidade para reconhecer que a História do efêmero, do movimento passageiro imposto pela era das máquinas, não é igualmente vivenciada por todos. É impossível pensar que indivíduos de um grupo isolado de sertanejos possam, à sua maneira, criar, inventar, marcar seus corpos, distinguindo-se nas suas vestimentas, no seu modo de se relacionar com o mundo que os esqueceu, escrevendo de uma outra forma a sua própria história.

Esses protagonistas anônimos, atores de uma história em constante (re)construção, levaram-nos a pensar para além da história do efêmero ou daquilo que é apresentado ao historiador em seus momentos áureos, gloriosos. Dar voz aos “vencidos” nos interregnos de suas derrotas, mesmo que esses momentos cheguem até nós por meio de seus algozes.¹⁰ Para aqueles que pensavam serem as irmandades objetos de um passado “morto”, estagnado, representante do ciclo do ouro nas Gerais ou do Império escravista, apresentamos agora vestígios de sua resistência nos limiares de um novo milênio. Mostrando que o Sagrado e o Profano são na atualidade muito mais que simples simulacros, ressaltamos suas práticas como instrumentos de ação político-social para sujeitos históricos que têm seus projetos calcados num referencial de futuro fora da Terra.

Cabelo grande para os dois sexos. A veste azul e branco é uma obrigação. O cordão na cintura também. O rosário no pescoço, *idem*. Para as mulheres lenço na cabeça. Para os homens um cajado. Aos domingos, um encontro marcado com Nossa senhora das Dores. Por isso reúnem-se cedo da manhã na casa do líder espiritual. Andam mais de 20 quilômetros, em uma cantoria de louvação.¹¹

A descrição acima se refere a algumas características da religiosidade praticada pela Irmandade Rosário da Mãe de Deus de Juazeiro do Norte. A confraria,¹² liderada por José Aves de Jesus, possui pouco mais de doze adeptos, na maioria agricultores de idade já

avançada. Os jovens são raros entre os “Aves de Jesus”, denominação que ganharam junto aos populares por terem todos os membros da irmandade o mesmo sobrenome. Os pactos de formação identitários não param por aí, todos os homens se vestem da mesma forma e se chamam José Aves de Jesus. O mesmo ocorre com todas as mulheres, as quais se chamam Maria Aves de Jesus.

Em nosso entendimento essas denominações visam diferenciá-los da comunidade, formando laços de união e identidade dentro da própria confraria. É instigante perceber que justamente os dois aspectos da identidade, eliminados pelos membros da irmandade, são exatamente aqueles que, no mundo moderno, perfazem as características mais marcantes de identidade e diferenciação dos sujeitos históricos na sociedade: o nome e a vestimenta. Juntamente com o nome, as formas de vestir-se, de portar-se em público, são hoje marcas pessoais de definição do sujeito. Ao eliminarem esses dois quesitos, os Aves de Jesus são ao mesmo tempo uma só pessoa ou corporação, formada pelo conjunto de vários indivíduos com uma mesma “identidade”, que abdicam de suas individualidades pessoais em prol da irmandade. Isso não significa que haja eliminação do caráter diversificado e heterogêneo dos Aves de Jesus. Tal concepção representa uma visão de quem os encara de “fora”, a partir de um ponto de vista externo àquele meio social. A Procissão é conjugada por uma grande demonstração pública de disciplina e penitência. A irmandade em procissão, cantando ladainhas e benditos, dispondo-se sempre da mesma forma e percorrendo vinte quilômetros até a Igreja mais próxima, observada por quem está de fora, dá a ligeira impressão de que todos os seus membros são iguais. No entanto, certamente ouvindo os protagonistas anônimos daquela encenação pública, encontraremos respostas mais variadas sobre as mesmas questões.¹³

Assim, compartilhamos a abordagem de Antonacci, no que se refere àquilo que Michel de Certeau denominou reemprego ou ressignificação de aspectos culturais que são impostos (no caso da religiosidade) e reapropriados por grupos populares como forma de resistir às contingências históricas. Pode ser o caso dos milagres em períodos de estiagem ou de movimentos taxados pelas autoridades civis e eclesiásticas de “messiânicos” ou “milenaristas”. De forma geral,

(...) os crentes rurais desfazem assim a fatalidade da ordem estabelecida. E o fazem utilizando um quadro de referências que, também ele, vem de um poder externo (a religião imposta pelo missionário). Reempregam um sistema que, muito longe de lhes ser próprio, foi construído e propagado por outros e marcam este reemprego por super-ações, excrescências do miraculoso, que as autoridades civis e religiosas sempre olharam com suspeitas. O uso (popular) da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar desta linguagem recebida a transforma num canto de resistência.¹⁴

Concordamos em parte com Certeau. Em particular no caso das irmandades religiosas que são objeto desta pesquisa, cremos que os instrumentos que as cercam para produzirem *cantos de resistências*, seja no século XIX, seja na virada do milênio, foram produzidos em conjunto e não propriamente impostos, como veremos mais adiante. No entanto, compreendemos que os diversos usos, não só populares, das mais variadas formas de religiosidade e expressões religiosas articulam de certo modo materiais simbólicos constitutivos de uma linguagem que comunica os seres com o mundo transcendente e integra os grupos religiosos entre si, com a comunidade ou com os poderes instituídos.

É exatamente neste sentido que procuramos compreender as irmandades e suas mais variadas formas de expressão: na encruzilhada de tempos históricos diversos. Estas associações estiveram presentes em três momentos constitutivos da história do Brasil, organizando formas de comunicação com a sociedade, com as instituições (Estado e Igreja), enfim, com o mundo. Executando a tarefa do historiador-detetive, estivemos na caça de registros dessas linguagens, seja em compromissos, atas, correspondências, ofícios do século XIX, seja através de reportagens “milenaristas” do final do XX. São momentos em que geralmente se nega a existência destas associações como formas alternativas de prática religiosa em nível da comunidade. Negá-la é negar a fusão e a participação de diferentes culturas religiosas, compostas por segmentos do catolicismo ibérico, leigo, de tradição medieval, entrecruzados com elementos da religiosidade indígena, negra e pagã.¹⁵ Catolicismo este que ganha variadas formas e atribuições, conforme seus usos os mais plurais por camadas sociais heterogêneas.

O que teriam então em comum, além da mesma denominação e práticas litúrgicas tais como as procissões e culto aos mortos, as Irmandades dos Aves de Jesus e dos Penitentes do Apocalipse com as que são objetos desta pesquisa?

Indo além da observação de Certeau, acreditamos que este comportamento religioso criativo, audacioso, perspicaz e até certo ponto rebelde, não é característica somente do *crente rural*. Faremos saltar nestas páginas sujeitos sociais reunidos em irmandades nos perímetros urbanos da província cearense, no centro e arrabaldes de sua capital, construindo formas igualmente criativas de resistência ao discurso considerado hegemônico. Táticas de aceitação/negociação com os poderes instituídos, presentes mesmo nos discursos professados por terceiros. Aquilo que nos chega através de rastros, vestígios, indícios, o *relampejar* do acontecimento,¹⁶ transformamos em expressões e falas de sujeitos históricos, que, embora em tempos diferentes, desempenharam funções semelhantes. Como, então, essas irmandades teriam caído no esquecimento?

Refazendo caminhos traçados por personagens de uma história ainda não contada, podemos perceber que os casos nos revelam muito mais que simples coincidências.

As irmandades, marginalizadas, relegadas a uma abordagem “folclorizante”,¹⁷ tiveram no século XIX momentos que se alternaram entre prestígio junto ao Estado Imperial, substituindo-o em funções teoricamente da alçada do poder público,¹⁸ e momentos de repressão, controle, subordinação e apropriação por parte de autoridades eclesiásticas. Contudo, não se entregaram sem resistir, utilizando-se das mais variadas táticas, ressignificando o próprio discurso de sua repressão.

Pioneiro no tema das irmandades no Ceará, o jornalista e escritor Eduardo Campos, com outros literatos, conduziu-nos pelos espaços de uma urbanidade ainda incipiente na primeira metade do século XIX, fazendo-nos refletir sobre os momentos de prestígio das irmandades. Esses cronistas recriaram um universo religioso cheio de representações teatrais, em que a referência às *multidões* é uma constante e párocos e bispos parecem ine-briados com manifestações de um tempo festivo de que, provavelmente, participaram os antepassados de Joaquim Mulato, 79 anos, decurião da ordem dos penitentes de José Aves de Jesus, 78 anos, líder da irmandade do Rosário da Mãe de Deus. Tempos estes que nos transportam ao “tempo das irmandades” e parecem conter as razões de seus martírios e sacrifícios presentes, em tom nostálgico, nos seus versos e depoimentos:

Sou eu quem come calado
a banda podre da vida.
Sou eu quem leva ter almas.
Todas três mal divididas.
Elas dizem que num dói,
Mas nós é quem sente a dor.
Ó que dor no coração.¹⁹

Numerosas, porém esquecidas. Do limiar do século XX ao XIX, tempos circulares...

A Procissão de São Sebastião e outras imagens, que tem de sair no dia 25 do corrente da capela de São Bernardo formará a seguinte direção: travessa de São Bernardo, rua Formosa, beco de Vicente Mendes, atravessando praça Pedro II para rua debaixo, beco da matriz, rua dos quartéis, largo do Paiol, rua da Palma, rua do Alves, Rua Formosa, beco do Correia e rua Amélia. Pede-se atenção do Srs. Fiscais para com as ruas onde tem de passar a dita Procissão.²⁰

Com este anúncio de jornal, dentre tantos outros, Eduardo Campos nos apresenta uma outra leitura da cidade de Fortaleza na primeira metade dos oitocentos. Uma Fortaleza ainda provinciana, com aspectos de vila, dividindo espaços entre o rural e o urbano, ainda não

muito bem definidos naqueles tempos. Ao enveredar por esta leitura nos remetemos a um período em que o *agir* religioso ia aos poucos transformando os espaços urbanos da cidade. Movimentos que se enquadram na religiosidade barroca, herança do século XVIII, em que

(...) missas eram celebradas por dezenas de padres acompanhadas por corais e orquestras, em templos cuja a abundante decoração era uma festa para os olhos, e sobretudo funerais grandiosos e procissões cheias de alegorias, de que participavam centenas de pessoas.²¹

Em Fortaleza e outros espaços urbanos da província do Ceará, esse quadro festivo da experiência religiosa católica, por meio das procissões organizadas pelas irmandades, dos enterramentos e seus dobres de sinos,²² das Matrizes e capelas filiais ia aos poucos desenhando o espaço geográfico e definindo os lugares sociais nos quais atores os mais diversos se inseriam, cada qual a seu modo, no *fazer-se cotidiano* da cidade.

Neste sentido, no século XIX as irmandades se faziam presentes, refletindo o espírito da época. Segundo Boschi,

A riqueza maior do estudo das irmandades talvez esteja no profundo significado histórico que elas apresentam. Foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. Nada de anacronismos históricos. As irmandades caracterizam sempre o seu momento e o seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado, e à fluidez e imprecisão de suas denominações por outro.²³

Como reflexos do espírito da época, hoje relegadas aos recantos mais longínquos, fora do alcance do poder eclesiástico, no século XIX estas associações se mostravam atuantes e numerosas nos espaços urbanos de várias localidades na província do Ceará e em todo o Brasil. Em Fortaleza, por exemplo, Guilherme Sturdat assinalou, em seu *Datas e Fatos*, que, entre 1857 e 1864, nada menos do que quatorze compromissos foram aprovados pela Assembléia Provincial.²⁴ Encontramos também demonstrações de sua presença nas várias representações encaminhadas ao Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Imperador D. Pedro II, registradas nos Códices da Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Em meio a algumas delas pode-se encontrar uma, de 1857, elaborada pela Irmandade de São José de Fortaleza,²⁵ assinada pelo juiz efetivo da mesma. Mesmo se pensarmos nesta irmandade como sendo composta em geral por pessoas mais “ilustres” e influentes da cidade, é justo reconhecer em tal associação um mecanismo de comunicação direta entre a comunidade e a autoridade maior do Império brasileiro. Além disto, em outras partes do país, irmandades de pretos e pardos com iguais reivindicações também enviavam suas representações ao Estado. Beneficiadas com o regime do Padroado, as irmandades se ocupavam de funções que *a priori* seriam da alçada do poder público, tais como a construção de

cemitérios, capelas e igrejas, a coleta e distribuição de esmolas e, principalmente, o importante serviço de atendimento médico e funerário fornecido pelas Santas Casas de Misericórdia em todo o Brasil.

O que importa é refletirmos sobre a atuação destas irmandades, atuação que estava longe de ser “facilitada” pela ausência de algum tipo de poder “controlador”. Faziam parte de um *espírito da época*. Podemos pensar que este era vivenciado coletivamente, mas com apropriações diversas, levadas a efeito por pessoas das mais variadas classes e grupos sociais, inclusive pelos párocos representantes do clero, que eram contratados por estas associações para os diversos exercícios: enterramentos, procissões, festas de santos padroeiros. Por isso só podemos falar das irmandades como representantes de um catolicismo, religiosidade ou experiência religiosa “popular”,²⁶ em termos de seu largo alcance social, pois havia no Ceará:

Irmandades apenas de brancos, as de brancos e pretos. Outras de pardos. Algumas raras só de pretos, quer apenas de escravos ou destes e forros. As integradas por pardos e brancos, e aquelas que quase sempre incluindo pretos escravos, compunham-se de reis e rainhas, podendo desfilar e comemorar, em ocasião de atos mais solenes, com indumentos de flagrante imitação das vestes do poder régio.²⁷

Objetivamos aqui alcançar este “espírito” num tempo que parece não ter favorecido a sua transmissão e reprodução, pois é notória a preocupação reinante nos Relatórios de Presidente da Província, Atas da Câmara e demais documentos oficiais que recai sobre a urbanização e “aformoseamento” da cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX. Tal remodelação estética punha em risco a própria dinâmica dos espaços até então ocupados por estes sujeitos. Em dias de festas e procissões, momentos em que a ordem cotidiana cedia lugar às diversas reapropriações e reelaborações dos espaços públicos (no caso das ruas, becos e praças) e sagrados (capelas e igrejas).

A definição do que é público e privado parece confundir-se com a noção de Sagrado e Profano. Durante as encenações públicas o percurso das procissões, por exemplo, redeseenhava o espaço durante aquele momento ímpar para os moradores da cidade, sendo vivenciado de modo a demarcar posições específicas. Através dos anúncios de festas podemos perceber que o trajeto obedecia a uma certa hierarquia social. As casas de pessoas influentes na cidade apareciam como pontos estratégicos de saída ou chegada da procissão. Ruas e becos recebiam alcunhas “populares”, demonstrando também o prestígio de algumas famílias que percorriam a procissão. A preocupação com a limpeza dos locais por onde havia de passar o cortejo e o comportamento dos fiéis demonstram bem a importância do acontecimento para a comunidade e para a irmandade que o organizava:

A irmandade de N.S. da Conceição, desta cidade, tem de fazer uma procissão do Sr. Jesus Crucificado no Domingo de Ramos, 5 de Abril, que tem de percorrer as mesmas ruas que percorreu a mesma procissão no ano passado, exceto algumas em que pelo seu mau estado não se possa transitar. *Pede-se por isso aos moradores das ditas ruas que tenham suas frentes limpas ao mencionado dia para a passagem da procissão. Pede-se também a todas as pessoas que tiverem de acompanhar a procissão que venham com espírito de acolhimento e devoção, que pede tão tocante ato, do contrario parecerá mais uma festa gentílica que uma procissão fúnebre da religião católica (grifos nossos).*²⁸

Em outros momentos essas procissões parecem ter um sentido de “defesa” ou resistência da população às atribulações da vida cotidiana, mostrando-se uma importante alternativa em épocas de crise, como na seca ou nas grandes epidemias. Destarte, a religião mostra-se como uma ação comunicativa entre o homem, a natureza e a divindade.

Domingo próximo seguinte, pelas 4 horas da tarde, sairá da capela de São Bernardo em procissão o glorioso mártir São Sebastião. Pede-se por isso aos fieis que concorrão a acompanhar a dita procissão para que, por intercessão do mesmo milagroso mártir, sejamos salvo da peste da Bexiga.²⁹

Quanto à forma e à organização das irmandades, a novidade de Fortaleza em relação a outros centros fica por conta da associação em torno de interesses e pessoas com a mesma atividade. Deixando-se entrever uma possível ligação com as antigas corporações de ofício da Idade Média, a Irmandade de São Pedro da Capital (Fortaleza), tendo aprovado seu compromisso em 1859, aponta claramente no capítulo II – *Eleição da Mesa* para o seguinte:

Art. 7º – Na eleição se dará preferência aos pescadores, e quando entre eles não apareça pessoa alguma, por falta de bens de fortuna para ser o tesoureiro, poderá ser admitida outra qualquer pessoa que desempenhe este lugar.³⁰

Logicamente, também devemos considerar os compromissos como representações jurídicas elaboradas no interior da irmandade, mas aprovados pelo Estado e/ou pela Igreja, que muitas vezes recaíam sobre pessoas que não sabiam ler, podendo ser manipulados das mais variadas formas. Neste sentido, é notável a importância que tem o cargo de escrivão, recaindo sobre pessoas alfabetizadas que tinham a incumbência de “ler qualquer artigo do compromisso, termo ou ofício, quando determinado pelo juiz”.³¹

No entanto, algumas relações podem ser estabelecidas em torno da devoção a São Pedro, considerado no estado do Ceará o santo protetor dos pescadores, tendo sua festa até hoje realizada no dia 29 de junho, quando em várias partes do estado *Regatas*³² são reali-

zadas ao som de fogos de artifício, bandas de música e várias apresentações artísticas. A devoção a São Pedro pode ser considerada exemplar dentre inúmeros casos históricos de identificação de uma determinada profissão com certas divindades. Eram, na verdade, uma resposta do homem às dificuldades impostas pela natureza. Os riscos enfrentados pelos pescadores em alto-mar, principalmente nos dias de vento forte e “maré alta”,³³ são contrabalançados através da proteção do santo. Em contrapartida, este era homenageado pelos fiéis em dia específico com “a maior pompa possível”.³⁴ No mesmo sentido, podemos considerar os estudos de Natalie Zemon Davis sobre as Abadias do Desgoverno na França Moderna, observando, através de sua análise, que os gráficos de Lion também tinham seus santos protetores.³⁵

Dessa forma, só nos resta discordar da afirmação de Julita Scarano, que em sua obra, escrita em 1978, clássica no estudo das irmandades, em certa altura escreveu que “vinculadas à tradição medieval das confrarias, as Irmandades brasileiras davam muito maior importância às categorias raciais e sociais, não se integrando a qualquer finalidade profissional”.³⁶ Mesmo se referindo às irmandades mineiras no ciclo do ouro, Julita comete um equívoco ao generalizar suas conclusões para todo o território brasileiro. É evidente que o caráter étnico-racial, assim como o econômico, vão estar presentes nos Compromissos, nas formas de segregar ou selecionar os membros das irmandades no século XIX. No entanto, se atentarmos para outros fatores, notaremos que os mesmos não são exclusivos. A questão da profissão como critério de preferência advogado pela Irmandade de São Pedro de Fortaleza demonstra que as preocupações do *espírito associativo* são bem diversas e heterogêneas, e mesmo nas irmandades que teoricamente deviam agregar os homens *de cor* (escravos, alforriados ou livres) não obedecem à mesma lógica.³⁷

Vestígios de religiosidade: procissões, reisados e enterramentos

Voltamos agora a apresentar alguns vestígios deste tempo áureo, em que o *espírito associativo* era largamente difundido e, de certa forma, divulgado na sociedade. Tempo em que as irmandades ocupavam um papel social importantíssimo na vida coletiva de pessoas comuns, moradores da *Fortaleza rural*³⁸ que vivenciavam práticas de fé, aquilo que elas podiam proporcionar de mais imediato: a salvação, um bom enterro, uma promessa alcançada ou uma concorrida procissão.

Ao contrário de outros núcleos religiosos, a Igreja do Rosário, em Fortaleza, como já foi dito anteriormente, beneficiou-se de sua boa localização geográfica, no centro da cidade, e por alguns anos foi transformada em Matriz. Durante esses anos (1821-1854), perce-

bemos, através de relatos detalhistas em artigos de jornal, que aquele espaço foi o palco (talvez o único ou o principal da cidade) de múltiplas manifestações de fé, vivenciadas de diversas formas por seus participantes, transformando a Igreja em um lugar “produtor de memórias e de momentos significativos das representações coletivas urdidas nessa relação dos indivíduos com o espaço juntamente com os processos de sucessivas reapropriações de que foram objeto”.³⁹

Espaço sagrado com apropriações profanas, a Igreja do Rosário de Fortaleza pode ser encarada como a lente por onde observamos a cidade em movimento. Tentamos entendê-la não como meio material e a-histórico, composto de ruas, avenidas, prédios, monumentos e logradouros ou apenas como uma projeção deitada no papel a que chamamos genericamente por planta. A Igreja é janela para olharmos uma cidade composta por seus habitantes, suas ações e sentimentos, seus movimentos mais particulares. Permitindo-nos compreendê-la no horizonte complexo e variado das relações sociais, que conduz à disposição de investigá-la, não sob o signo de um rigor conceitual fechado, mas em favor de delineamentos que permitam discuti-la, partindo de questões específicas, tendo em conta a ampla diversidade de experiências sociais e temporalidades que se encarnam no espaço urbano.⁴⁰

Deixando de lado as estatísticas e quadros demonstrativos, tentamos perceber através da Igreja do Rosário e das manifestações a ela ligadas, uma constelação de sentidos composta por fragmentos de memórias de pessoas que efetivamente sentiram e viveram o espaço urbano. Embora considerando o romance como gênero narrativo e como representação, podemos captar nas fronteiras do real e do ficcional vestígios de memórias sobre uma determinada época. Com este intuito cruzamos as informações que Manoel de Oliveira Paiva nos forneceu em seu romance *A afilhada*, publicado pela primeira vez nas páginas de *O Libertador*, em 1889, com alguns artigos de jornais e passagens dos termos de compromisso da Irmandade do Rosário. Dessa forma, acentuamos que o universo religioso compõe a paisagem urbana de Fortaleza e de certa forma a transforma. A descrição da cidade se inicia quando Osório, personagem do romance, vai buscar sua filha Das Dores no Colégio das Órfãs. Ao observar o cenário que a cerca, a personagem percebeu que:

No ponto onde a rua desaparecia em cotovelo apresentava-se o terraço exterior do paço da presidência, um bastião encimado por um gradeamento, em cuja rechã forrada pela relva madura esboçava-se uma arborização, magra e insuficiente para ocultar de todo a fachada. O teto do palácio era para a frente assim como uma fronte gigantesca e avermelhada, sobre uma carita miúda e alvaça; um velho casarão de péssimo efeito, segundo a opinião do Osório. *Sobreapareciam a torre amarela do Rosário, e a platibanda enegrecida da Assembléia; e pairando por cima, dentre os telhados, como uma nuvem descida, o cimo das árvores da Feira (grifos nossos).*⁴¹

A importância da Igreja como espaço de sociabilidade está estampada no primeiro Compromisso da irmandade, aprovado em 1840 pela Assembléia Provincial e revogado em 1845. Este Compromisso se refere às obrigações do tesoureiro:

Art.13 – O tesoureiro terá a seu cargo que inspecionar a limpeza e o aceio da Igreja, ativando para isto o sacristão que pelo seu trabalho terá doze mil réis anuais e o tesoureiro lhe entregará por inventário todas as alfaias e ornamentos desta Igreja e de tudo lhe dará conta quando lhe pedir, pelo mesmo inventario que estará em poder do tesoureiro, ficando ambos entendidos que nada deve sair da Igreja por empréstimo ou por qualquer motivo.⁴²

Se atentarmos para a data de sua aprovação, veremos que está compreendida no período em que a Igreja do Rosário era Matriz de Fortaleza (1821-1850). Por isso o Art. 16 – *Disposições Gerais* parece apresentar uma possível correlação de forças entre o pároco e a irmandade. Visando proibir qualquer tipo de desentendimento e pressupondo uma possível “vigilância” nos atos da confraria, o texto sugere que:

(...) em todos os atos que se celebrarem nesta Igreja, os irmãos se portarão com muita decência, reverencia e acatamento para exemplo dos mais que assistirem, pois que o tempo de Deus só se devem praticar ações religiosas. *Esta irmandade em todos os tempos muito principalmente enquanto esta Igreja servir de Matriz, terá a maior harmonia com o Reverendo Pároco desta Freguesia. Suas advertências e recomendações para o bom regimento desta irmandade e acerto de seus atos, serão religiosamente observados* (grifos nossos).⁴³

Procurando entender o desregramento pela construção da norma, é possível sugerir a esta análise que os párocos não viam com bons olhos algumas manifestações promovidas pela irmandade no adro ou exterior da Igreja, justamente por estar a mesma servindo de Matriz temporária. O lugar para onde convergiam as pessoas mais ilustres da cidade em ocasiões especiais, como a vinda do bispo de Pernambuco, em 1840, não deveria servir de “Teatro”, como se referiu o dito bispo em sua visita,⁴⁴ para manifestações como a Coroação dos Reis do Congo,⁴⁵ prescritas no Compromisso de maneira indireta quando o Art. 6 – *Das Festividades* comentava que: “Haverá festa todos os anos na primeira domingo de Outubro. As despesas do dia do festejo serão as custas do *rei e da rainha*” (grifos nossos).⁴⁶

A notícia de haver reis e rainhas pressupõe de antemão a necessidade de uma coroação dos mesmos e estas coroações concediam, de certa forma, algum prestígio social aos participantes, como Ângela do Romance de Oliveira Paiva, que em certos dias

(...) ostentava mais o prestígio de ser a rainha dos pretos. A cabrita bem se lembrava de tê-la visto com uma coroa de lata vistosamente dourada, com assento à esquerda d’el-rei, também, de coroa, e mais os calções e capa de grande varredura que enrolam no braço para dispensar

criados de séquito. Tinha bem presente, gravada na recordação de menina, aquêles casarão da Praça do Patrocínio, que os pretos alugaram para a festa de 6 de janeiro. O dossel do trono, armado pelo sacristão do Rosário, num grande salão forrado e assoalhado; as pretas, vestidas longamente, de alvo e de cor de rosa, florescidas de ramalhetes, peroladas com missangas, a caminhar com ares de grandes damas, e mais elegantes que as moças brancas do Clube, mais cheias de carne, muito destras e remexidas na dança, desabridas na galhofa, e com estudados refinamentos e meneios de nobres senhoras; Vossa Incelença praqui, Sua Maxtade dacolá, e de quando em vez, como estouro de bomba um tu e um não seja besta a entornar o caldo da civilidade. Ângela futurava vir a ser a rainha da classe.⁴⁷

Entretanto, em meio às festividades, relacionando-se com elas, a preocupação com a morte e com os mortos era um dos temas mais recorrentes aos homens no século XIX. Objeto de discussão política, religiosa e principalmente sanitária, estavam presentes também entre as irmandades religiosas os debates acerca dos destinos do ser humano após a consumação da única certeza da vida, ou seja, a sua finitude. Como já foi dito anteriormente, estas associações refletem as tensões sociais de sua época e, como não podia deixar de ser, num período em que se discutiam sobre os enterramentos nas igrejas e capelas, elas estavam no epicentro da contenda. Uma das principais finalidades das irmandades, confrarias e ordens terceiras era a de dar enterro e funerais dignos a seus associados, inclusive àqueles que não tivessem meios para tal. Colocavam inclusive seus “serviços” funerários à disposição dos não associados da comunidade, mediante pagamento. Com a única exceção da Santa Casa de Misericórdia, que recebia subsídios do Estado para tal fim, uma das mais importantes receitas dessas associações advinha dos rituais fúnebres. O historiador João José Reis, em pesquisa de grande envergadura,⁴⁸ analisou através de variados documentos as atitudes diante da morte e dos mortos na sociedade baiana do século XIX. Percebeu que os indivíduos participavam da sua morte ao escolherem as formas de *bem morrer*, distribuindo os seus bens e nomeando pessoas de sua confiança para redigirem seu *testamento*. Era através deste ato jurídico, mas não somente, que se cumpriam os últimos desejos em vida e, principalmente, os últimos desejos em morte. O que chama a atenção do leitor é que o artigo de Reis se inicia com uma brilhante descrição de um episódio famoso: a revolta da “cemitizada”, ocorrida em 1832. O protesto versou sobre o monopólio dos enterramentos concedido pelo governo a uma empresa inglesa e consistiu na destruição do cemitério construído pela mesma empresa. As irmandades religiosas foram as principais articuladoras do movimento, conclamando a população, através dos sinos de suas igrejas e capelas, a comparecer à praça municipal devidamente paramentada com opas⁴⁹ e cruzes como se fora uma grande procissão. Com isto impediram que o governo usasse a força policial para dispersar a população, dando, assim, mais liberdade aos manifestantes. Na verdade, o que estava em jogo, como bem assinalou Reis, era a defesa de concepções religiosas sobre a

morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres como aspecto importante do catolicismo barroco. Entretanto, concepção fundada historicamente e pautada numa tradição, o costume de enterrarem-se os defuntos na igreja começava a apresentar-se como um problema para os sanitaristas.

A preocupação com os mortos nas irmandades negras ganhava um aspecto especial, haja vista o alto índice de mortalidade entre a população escrava e as péssimas condições de vida deste segmento. Era bastante comum os senhores abandonarem os cadáveres de seus escravos no meio da rua ou jogá-los nas praias e portas das igrejas, já que naquele local enterravam-se as famílias ilustres e “em se tratando de pretos não havia chão para tantos mortos”.⁵⁰ Por este motivo, para a Irmandade do Rosário de Fortaleza, os enterramentos possuíam um caráter particular, o de marcar presença em uma religiosidade que combinava vários contratos de prestação de serviços religiosos, administrados de forma a maximizar as condições de salvação da alma de cada um. O artigo 14 – *Enterro dos irmãos* afirma:

(...) logo que constar ao procurador o falecimento de algum irmão, avisará aos irmãos que possam comparecer para os enterros, para cujo fim terá esta irmandade a sua tumba, e se darão seis sinais, além dos que devem dar desde a saída da casa, aonde estiver o falecido até a entrada da Igreja.⁵¹

E ainda no Art. 16 – *Disposições Gerais*, percebemos uma certa hierarquização que reflete a ordem social fora do ambiente sagrado:

De grades acima só serão sepultados rei, a rainha e empregados da mesa, quando falecerem no seu ano, assim como seus filhos menores de sete anos, ou legítimos ou ilegítimos reconhecidos por seus pais.⁵²

Compreendendo a irmandade não apenas como ambiente de solidariedade mas também de conflitos, é possível pensar que a disputa interna por cargos mais elevados poderia ter como estímulo principal a preocupação com uma boa morte.

Estudos arqueológicos mais recentes apontam para uma diminuta utilização, por parte dos negros do Rosário, do espaço da referida igreja como cemitério. A lápide mortuária de major Facundo parece dizer algo do costume praticado pelas parcelas mais abastadas da sociedade, pelo menos até 1848, quando a senhora do então presidente da província Moraes Sarmiento teve um súbito desmaio: segundo ela provocado pelo odores que exalavam das sepulturas abertas no corpo da igreja.⁵³ Esta convivência “íntima” entre vivos e mortos no mesmo espaço parecia ser aceita até a discussão sanitarista da segunda metade do século XIX. Enquanto isto, nas páginas dos jornais de maior circulação na cidade, em 1854,

desfilavam fragmentos de um dos maiores rituais fúnebres públicos, realizado em Fortaleza, em homenagem à falecida rainha de Portugal, irmã de D. Pedro II, demonstrando que em terras cearenses, no tempo das irmandades, a morte também era uma festa:

A igreja estava ricamente armada, o retabolo da capella mor, altares lateraes, arco do cruzeiro, portas, grades, tribunas, coro, púlpito & c. estavam armados de preto que por toda a parte mesclavão gallões, lhana, franjas, e borlas de prata e ouro, com que para minorar o sombrio desta lúgubre solemnidade.

No meio da Igreja elevara-se um soberbo catafalco, firmado em quatro columnas d' ordem compósita, que sustentavão uma cupulla elevada, de que pendião grandes cortinas, que descendo dos quattros ângulos da cúpula, ião pregar-se nos fustes das columnas. Debaxo do catafalco levanta-se uma magnífica eça. Que erguida sobre dous degraos, e composta de duas pelas uma em forma de urna, e outra em forma de quadrilongo, sotoposto aquella, sustentava o sarcophago, que estava coberto com um riquíssimo pano de veludo agalooado de prata e ouro. A altura do catafalco era de 50 palmos, a das columnas de 38, e a da eça inclusive o sarcophago de 30.

Sobre o sarcophago estavam um coroa e sceptro de prata, cubertos de crepe negro, e por cima destas regias insígnias suspensa, e em attitude de pouzar, uma pomba branca. Duas bandeiras brasileiras, e duas portuguezas cruzadas, abatidas, colhidas, com grandes fumos pendentes, occupavão duas o lado da eça que olhava para o altar, e duas o que olhava para a porta da igreja, isto he duas a cabeceira e duas os pés do sarcophago: a oito palmos do pavimento.⁵⁴

Ao analisar esta minuciosa descrição, rastreando indícios nas entrelinhas do texto, podemos levantar uma hipótese que está diretamente relacionada com a significativa presença das irmandades religiosas em espaços urbanos cearenses no século XIX. Até que ponto essas corporações não estariam dando sustentabilidade a uma “identidade nacional” ainda fortemente arraigada na tradição ibérica e, por que não dizer, portuguesa?

A hipótese ganha ainda mais fundamento se aglutinarmos as peças de um instigante quebra-cabeça. Alguns elementos podem nos servir a esta análise, como o fato de a colônia portuguesa, em terras cearenses, no século XIX, ser uma das maiores do Brasil. O romancista Rodolfo Teófilo afirmou que em sua infância a Igreja do Rosário era frequentada pela elite da cidade, composta de grandes comerciantes portugueses. É fato que as irmandades religiosas eram as maiores representantes de um catolicismo barroco, leigo, de forte autonomia em relação a Roma e portanto mais próximo do Regime de Padroado, uma instituição lusitana. Certamente a elite portuguesa, à qual Teófilo se refere, poderia arregimentar-se numa das confrarias mais influentes na sociedade, tais como a do Santíssimo Sacramento ou a de São José, orago⁵⁵ da matriz. E ainda poderiam entrar como membros associados dessas corporações para reafirmarem sua identidade em uma nova terra, pois estariam dessa forma rememorando suas antigas tradições. É o que parece

demonstrar a análise de alguns testamentos de portugueses residentes em Fortaleza entre 1862 e 1873.⁵⁶ Representando os últimos desejos em vida e as atribuições para com a hora da morte, os testamentos forneciam fichas biográficas em forma de retrospectiva dos seus testamenteiros. Através dos testamentos podem-se entrever as condições sociais e materiais de vida no século XIX, de variados sujeitos sociais, de escravos a senhores, de bispos a capelães, todos demonstravam que as preocupações com a morte circunscreviam as ambições em vida. O testamento de Francisco José da Silva Braga, natural da Vila de Muhução do Reino de Portugal, declara:

(...) deixo para a Irmandade de N.Senhora da Conceição em Monte Mor Velho no Reino de Portugal a quantia de duzentos mil reis, assim como deixo para o Santíssimo Sacramento da vila do Aquiraz cinquenta mil reis. Deixo para o Santíssimo Sacramento da capital do Ceará, aonde sou irmão remido (afastado), vinte e cinco mil réis. Deixo para a Santa Casa de Misericórdia da mesma capital do Ceará cem mil réis.⁵⁷

O fato de Francisco José deixar bens igualmente para irmandades em Portugal e no Ceará remete-nos a pensar que o costume de associar-se em confrarias já era exercido em sua terra natal, de onde viera muito jovem,⁵⁸ e que ele não se esquecera de suas origens ibéricas.

As várias representações coletivas que eram produzidas no imaginário de quem participava dos atos oficiais comemorativos ou das festas, procissões e coroações organizadas pelas irmandades, estavam repletas de mitos e símbolos que traziam à memória rituais de celebração da realeza lusitana. Lilia Moritz Schwarcz, em seu ensaio *O Império das Festas e as Festas do Império*, nos remete a um tempo em que a *corte dos trópicos* convivia intensamente com uma variedade de reis e rainhas. De D. João a D. Pedro II, passando pela princesa Isabel, a realeza instituída ocupava um espaço formal no mundo executivo, porém era através de outros mecanismos que a interação imperador-povo se fazia presente. Através de um complexo jogo simbólico, elaborado no cotidiano dos eventos festivos, fazia-se presente na cena pública uma pluralidade de personagens anônimos que retradiam através do teatro as insígnias do poder real. Nessas terras de “muitos reis”, alguns retomavam trajetórias de períodos imemoriais e conturbados como o de D. Sebastião, o Desejado, e o seu trágico fim na batalha de Alcácer Quibir, fazendo-o ressurgir em terras brasileiras. Outros como os Reis do Congo pareciam reviver a conquista dos reis cristãos sobre os negros da África muçulmana, mas todos eles de certa forma circulavam em torno da memória de um tempo áureo do Império português.⁵⁹ Tempo este rememorado nos versos de grande comoção do ritual fúnebre: “chora ó Portugal, que hás perdido uma grande Rainha. Chora também ó Brazil que hás perdido uma digna e querida filha!”⁶⁰

As irmandades em Fortaleza, como representantes de seu tempo, passaram a significar preocupação para as autoridades a partir da segunda metade do século XIX, sob as luzes de uma urbanização incipiente que grassava sobre a cidade e colocava em questão o debate em torno de conceitos como *civilização versus barbárie*. O aumento dessas agremiações na cidade é reconhecido pelo presidente da província que, em 1873, enviou uma circular aos vigários, determinando, entre outras coisas, que “lhe fornecesse informações sobre o número de irmandades existentes nesta freguesia da capital e se seus compromissos estavam legalmente aprovados segundo as prescrições civis e canônicas”.⁶¹ Algum tempo depois, o Internúncio Apostólico no Brasil⁶² voltou a fazer o mesmo requerimento e a resposta do bispo D. Joaquim, surpreendentemente, foi a seguinte:

Ao Internuncio Apostolico no Brasil em 31 de Abril de 1890;

Palácio Episcopal do Ceara. Em satisfação ao exigido por V.Ex.Rv. na circular de 30 do corrente mez tenho a honra de informar que o estado actual das irmandades e confrarias desta diocese não tem importância alguma, pois que acham-se quase todas em abandono e como que de fato dissolvidas. Nenhuma delas possui bens de subido valor, e por isso não poderão mover qualquer questão. As associações religiosas que mais florecem nesta diocese, animadas pelo Bispo Diocesano e pelo clero, são as conferencias de São Vicente de Paulo, que procurao viver em harmonia com os ensinamentos catholicos.⁶³

Fundadas segundo o modelo do catolicismo reformado francês, as conferências vicentinas⁶⁴ seriam a indicação por parte da Igreja da chegada de um novo tempo? A construção de uma “nova moral” cristã, baseada em “novos” pressupostos culturais e apoiada na desmoralização de outros⁶⁵ estaria relegando as irmandades ao seu esquecimento?

Já foi dito que uma das principais tarefas do historiador é desfazer as teias do silêncio. É dar um *sopro vital* a sujeitos e vozes de um passado encoberto pelas tramas secretas e artimanhas da história. É não deixar que esses sujeitos se transformem em simulacros de deuses mortos, objetos de um futuro incerto que lhes reserva apenas o lugar do *excêntrico*. Por isso, como afirmou Martha Abreu, se a história está cheia de exemplos de discursos sobre a decadência das festas, procissões e seus organizadores (as irmandades), cabe ao historiador explicar por que certos sujeitos, em determinadas épocas, produziram esses discursos de forma tão contundente. Será que em algum momento do passado as festas religiosas e seus protagonistas haviam sido exemplares e perfeitos, mesmos nos discursos, logo nesta terra de tantos deuses e sincretismos?⁶⁶ Mas isto são capítulos de um outro tempo.

Recebido em maio/2004; aprovado em maio/2004

⁸ Este artigo compõe-se de reflexões desenvolvidas no primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, em andamento, intitulada *No tempo das irmandades. Cultura, identidade e resistência nas irmandades religiosas no Ceará (1864-1900)*, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC-SP, sob orientação da professora doutora Olga Brites.

⁹ Mestre em História Social pela PUC-SP.

¹ Há na historiografia brasileira várias divergências, principalmente nas definições que abrangem as categorias *irmandades* e *confrarias*. Para João José Reis, as *confrarias*, divididas principalmente entre *Irmandades* e *Ordens Terceiras*, existiam em Portugal desde o século XIII, dedicando-se às obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. Tanto as Irmandades quanto as Ordens Terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas por leigos, sendo as últimas ligadas a uma ordem religiosa. Ver em REIS, J. J. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. Todavia, há várias outras definições que, de certa forma, divergem em alguns aspectos da apresentada por Reis. Caio César Boschi apresenta uma quarta categoria, que seria a “junção” ou filiação de uma confraria com uma Ordem Terceira, formando, assim, uma *Arqui-confraria*. Já Antônia Aparecida Quintão não vê grandes diferenciações entre irmandades e confrarias, a não ser nos seus usos cotidianos e no que elas representam para a sociedade.

² A religiosidade católica do século XVIII, denominada barroca, caracterizava-se pela grande participação dos leigos, que realizavam cerimônias religiosas em suas residências, nas capelas e igrejas por eles construídas. Ver SOARES, M. de C. *Devotos da cor. identidade étnica, escravidão e religiosidade no Rio de Janeiro, séc. XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

³ Através da bula *Inter Coetera*, o papa concedeu ao prior do convento da Ordem de Cristo, em Tomar, o padroado sobre as terras que em seu nome fossem descobertas. A partir de D. Manoel, o grão-mestrado da Ordem passa a ser prerrogativa do rei de Portugal, resultando daí as inter-relações entre os poderes eclesiástico e temporal.

⁴ Movimento de Reforma Católica no século XIX que tinha como pressupostos básicos a adequação do catolicismo brasileiro ao Concílio Tridentino e às orientações de Roma.

⁵ BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de história”. In: *Obras escolhidas*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, v. 1, p. 232.

⁶ ANTONACCI, M A. As artimanhas da história. *Projeto História*, n. 24. São Paulo, Educ, jun. 2002, p. 196. À historiadora Antonieta Antonacci devemos os méritos pela excelente abordagem que realizou sobre o significado da penitência para os integrantes da Irmandade da Cruz em Barbalha, Ceará. Segundo a autora, as injustiças sociais decorrentes da violência contemporânea que se alastra no campo são fatores primordiais para se compreender o fenômeno das profecias no interior nordestino.

⁷ Sobre a teoria do desencantamento do mundo que contagia o homem moderno ver WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1983.

⁸ ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

⁹ NOVAES, A. “Sobre tempo e história”. In: NOVAES, A. (org.). *Tempo e história*. São Paulo, Companhia das Letras/Secret. Municipal da Cultura, 1992, pp. 9-19.

¹⁰ VOLVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. Tradução de Maria Julia Goldwasser, São Paulo, Brasiliense, 1987. Para este autor há uma difícil tarefa que se impõe ao historiador das religiões “populares” no que diz respeito às abordagens metodológicas de fontes que chegam à posteridade compostas de argumentos preconcei-

tuosos e policiadas nas suas ações. A melhor maneira de inverter a situação é, segundo Volvelle, tentar enxergar para além das fontes. Tentar realizar um contradiscurso, “horizontalizando” as relações entre “dominantes” e “dominados”.

¹¹ ARAÚJO, A. Dores que Salvam. *O Povo, Milenarismos II*, Suplemento Especial. Fortaleza, 11/8/1999, p. 3.

¹² Neste sentido, assumimos a postura de Antônia Aparecida Quintão ao considerar irmandade e confraria em seus atributos cotidianos, termos para designar associações semelhantes. Ver em QUINTÃO, A. *Lá vem o meu parente. As Irmandades de Pretos e Pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo, Anna Blume, 2002.

¹³ O acesso à Irmandade Rosário da Mãe de Deus, em sua localidade a vinte quilômetros da sede do município de Barbalha, é extremamente dificultoso. O pesquisador Gilmar de Carvalho tem se esforçado ultimamente no sentido de facilitar o acesso de pesquisadores à comunidade.

¹⁴ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. Artes do fazer*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

¹⁵ Muitos estudiosos têm conferido alguma importância à questão dos *sincretismos e hibridismo* culturais advindos das diversas formas de se pensar o catolicismo no Brasil. Entre eles destacam-se: HOONAERT, E. *O catolicismo moreno no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987, e SANCHIS, P. As tramas sincréticas da História. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 10. Rio de Janeiro, 1997, pp. 34-56.

¹⁶ BENJAMIM, op. cit., pp. 34

¹⁷ O termo “folclorizante” está sendo usado nesta análise para designar algo que é objeto dos folcloristas, estando reservado a um passado distante e imóvel que estaria ainda impregnado na “cultura popular” praticada por pessoas geralmente residentes nas áreas rurais distantes dos grandes centros urbanos.

¹⁸ A construção de capelas, cemitérios, hospitais e casas de repouso eram atribuições do poder público que as irmandades assumiam por estarem mais próximas da comunidade.

¹⁹ ARAÚJO, op. cit., p. 9.

²⁰ Procissão. *O Comercial*. Fortaleza, 22/1/1857. In: CAMPOS, E. *As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial (Apontamentos para sua História)*. Fortaleza, Secult, 1980, p. 5. Esse periódico viveu aproximadamente até 1860. Costumava publicar anúncios festivos enviados pelas Irmandades. As principais ocasiões eram os dias da Procissão dos Passos, Senhor Morto e Calvário, em atos comemorativos da Semana Santa.

²¹ REIS, op. cit., p. 49.

²² Os dobres de sinos geralmente indicavam que os párocos chamavam os fiéis por ocasião de algum ofício divino. No caso da cemiterada, os dobres de sinos foram usados para conchamar a multidão ao protesto em praça pública. In: REIS, op. cit., p. 32. Na Carta Coletiva de 1915 os sinos são “bentos pelo Bispo e deve haver em todas as Igrejas, servindo para avisar e chamar o povo às festividades”. Ver “Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, cuiabá e Porto Alegre”.

²³ BOSCHI, C. C. *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986, p. 12.

²⁴ STUDART, G. *Datas e fatos para a História do Ceará*. Fortaleza, Typ. Sturdat, 1896, p. 39. Os compromissos são estatutos jurídicos pelos quais se devem reger as irmandades religiosas, confrarias, ordens terceiras e quaisquer outras corporações sob este jugo, que tenham por fim o culto religioso. Neles estão inseridas as principais prerrogativas dessas corporações e os pré-requisitos necessários à entrada de novos membros e à ocupação dos cargos da mesa administrativa.

²⁵ A Irmandade de São José de Fortaleza é uma das mais influentes na sociedade por ter como protetor o santo padroeiro da cidade. Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos. Cód.43-3-13, fl. 54.

- ²⁶ A experiência religiosa popular está aqui definida em conformidade com a análise de Martha Abreu, para quem a religiosidade popular é definida nos seus mais variados usos conforme situações plurais em que estejam reunidos elementos de diferentes camadas sociais. Ver: ABREU, M. “Religiosidade popular, problemas e história”. *História e Religião, VIII Encontro Regional de História – Núcleo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 29.
- ²⁷ CAMPOS, op. cit., p. 26.
- ²⁸ Procissão. *O Cearense*, 9/8/1857.
- ²⁹ Procissão. *O Cearense*, 9/7/1857.
- ³⁰ “Compromisso da Irmandade de São Pedro da Capital”. Lei 909 de 26 de agosto de 1859. In: BARROSO, L. *Coleções de Leis Provinciais do Ceará*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1890.
- ³¹ “Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário”. Lei Provincial 987 de 04 de Setembro de 1873. In: BARROSO, op. cit., p. 149.
- ³² Corrida em que duas ou mais embarcações competem para atingir certa meta, disputando o prêmio de velocidade. No caso do litoral cearense, a jangada, embarcação tradicional dos pescadores, é utilizada como instrumento de trabalho e lazer. Nos dias de regata as jangadas são preparadas com novos equipamentos e pintura a critério dos patrocinadores.
- ³³ Maré alta e maré baixa são designações populares para determinar as variações oceânicas. Segundo estudos meteorológicos e astronômicos, o avanço e recuo das marés guardam estreita relação com as fases da Lua.
- ³⁴ “Compromisso da Irmandade de São Pedro da Capital”. Art. 6o – Das Festividades. In: BARROSO, op. cit., p. 256.
- ³⁵ DAVIS, N. Z. *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- ³⁶ SCARANO, J. *Devoção e escravidão. A Irmandade do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII*. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- ³⁷ Na província do Ceará existiram no século XIX duas Irmandades de Pretos com atribuições diferentes: a Irmandade do Rosário de Russas não aceitava escravos em suas fileiras, diferentemente da Irmandade do Rosário de Barbalha, que destinava para os negros todos os cargos da mesa administrativa.
- ³⁸ CAMPOS, E. *A fortaleza provincial rural e urbana*. Fortaleza, Secult, 1992.
- ³⁹ ARRAIS, R. Matriz, freguesias e procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público do Recife do século XIX. *Projeto História*, n. 24, São Paulo, Educ, 2002, pp.167-188.
- ⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 168.
- ⁴¹ PAIVA, M. de O. *A afilhada*. São Paulo, Anhembi, 1961, pp. 23.
- ⁴² “Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário da Capital” In: BARROSO, op. cit., p. 245.
- ⁴³ Id., Art. 16 – Disposições Gerais.
- ⁴⁴ “(...) somente recomendei que se fizesse uma cortina, que não existia para o sacrário e outra para a boca do trono, que estava ornado com papeis pintados à maneira de um teatro, que depois se tiraram por ordem minha”. Visita do Bispo de Pernambuco a Fortaleza, em 1840. In: CAMPOS, op. cit., p. 102.
- ⁴⁵ Manifestações que encenam a conquista do Reino do Congo, na África muçulmana, pelo Reino Católico de Portugal. Realizadas até hoje, as congadas simbolizam uma importante tradição cultural de muitas comunidades brasileiras. Ver SOUZA, M. de M. e. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

⁴⁶ “Compromisso da Irmandade do Rosário da Capital”. Art. 6º . In: BARROSSO, op. cit., p. 245,

⁴⁷ PAIVA, op. cit., p. 91.

⁴⁸ REIS, op. cit.

⁴⁹ Indumentária utilizada pelas irmandades em ofícios religiosos: missas, procissões, festas.

⁵⁰ SOARES, op. cit., p. 17.

⁵¹ “Compromisso da Irmandade do Rosário da Capital”. In: BARROSSO, op. cit., p. 245.

⁵² Id., art. 16, p. 247.

⁵³ NOGUEIRA, J. *Fortaleza velha*. Fortaleza, Edições UFC, 1981, p. 79.

⁵⁴ *O Commercial*, 21/3/1854.

⁵⁵ Santo protetor ou simplesmente padroeiro.

⁵⁶ Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec). *Registros de Testamentos*. Cartório de Órfãos de Fortaleza.

⁵⁷ Id., p. 43.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 41.

⁵⁹ SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

⁶⁰ *O Cearense*, 21/1/1854.

⁶¹ Arquivo Publico do Estado do Ceará (Apec). *Livro de Ofícios ao Bispo, párocos e demais autoridades Religiosas*. Livro 164, p. 24.

⁶² Representante de Roma no Brasil.

⁶³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Fortaleza. *Livro de Ofícios Diversos do Bispo as autoridades Diocesanas (1890-1900)*. p. 1214.

⁶⁴ As conferências vicentinas são associações religiosas organizadas segundo as diretrizes dos padres lazaristas franceses. Tinham por finalidade a prática cristã da caridade entre os pobres. Tiveram grande divulgação em Fortaleza, na segunda metade do século XIX, por conta da aproximação com setores da elite intelectual, como o Barão de Studart.

⁶⁵ HALL, S. *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; trad. Adelaine La Guardiã Resnde. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

⁶⁶ ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.